



AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO XINGU: IMPRESSÕES DO PODER LOCAL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO PERÍODO DE 2000 – 2020.

¹Ozenilda Da Silva Bandeira

² Michelle Sena Da Silva

INTRODUÇÃO

A Região de Integração Xingu (RI Xingu), situada no estado do Pará, compreende os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, é uma área caracterizada por dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais complexas. Com discurso do progresso desde a década de 1970, na abertura da Rodovia BR-230 conhecida como Transamazônica, as intervenções espaciais tornam-se uma expressão presente na configuração espacial da região. Destacamos, nesse sentido, a implantação de grandes projetos de infraestrutura, como o Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (AHE), a proposta de mineração Belo Sun, a construção da ponte sobre o rio Xingu. Esta última, segundo a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, “ligará as regiões Tapajós, Xingu e Carajás, além de passar por cidades como Santarém, Altamira e Marabá” (BRASIL, 2021), reforçando a lógica de integração e consolidação de grandes eixos de circulação voltados ao desenvolvimento regional.

A gênese da produção espacial do que hoje identificamos como RI Xingu teve início com as missões de Jesuítas, no século XVIII, quando foi criado o município de Souzel, origem dos municípios de Senador José Porfírio, Porto de Moz, Altamira, e, mais recentemente, a Vitória do Xingu. Os municípios de Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Placas, Medicilândia e Uruará se formaram a partir da construção da Rodovia BR 230 (Transamazônica). Outro momento de transformações para a região ocorreu com a instalação do Programa de Integração Nacional (PIN), instituído a partir de 1970 pelo Governo Federal (SUPLEMENTO, 2015). Neste sentido, compreendemos que esta região se estabelece por intervenções espaciais que representam os interesses desenvolvimentistas da escala nacional, os interesses políticos, econômicos e sociais que são materializadas e reproduzem -se até os dias atuais.

¹ Graduanda do sétimo semestre licenciatura em Geografia Campus Altamira -Pará. Email: ozenildadasilvadesouzas@gmail.com

² Doutora Professora da Faculdade de Geografia Campus Altamira – Pará. E-mail: michellesena@ufpa.br

Da mesma forma, corroboramos com a análise de (BECKER 1996, p. 224), ao afirmar que “o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos baseado na exploração dos recursos naturais percebido como igualmente infinito”, uma vez que essas intervenções reafirmam uma lógica desenvolvimentista que subordina o território amazônico à expansão de interesses econômicos externos, frequentemente em detrimento das dinâmicas locais e ambientais. Nesse sentido, essa afirmação fundamenta-se na reflexão feita por Silva, de como ocorre o desenvolvimento regional.

Consequentemente ocorre um intenso processo de reestruturação econômica baseada na instalação de redes de infraestrutura com funcionalidade essencialmente voltada para instalação e operação de hidrelétrica. Neste mesmo sentido, verifica-se a reestruturação política, pois a região passa a ser ocupada por novos agentes sociais com interesse políticos divergentes dos agentes locais (SILVA, 2022, p.31)

Este pensamento reflete a ideia de que a RI Xingu é influenciada pelos conflitos de interesses de diferentes atores sociais, como elites, empresas movimentos sociais e o próprio Estado. Essas disputas determinam o uso do território e afetam o desenvolvimento regional. Deste modo, compreende-se que a região se torna elemento e meio de táticas assinaladas, que pensam dinâmicas de poder e de produção do espaço em diferentes escalas geográficas. É nessa totalidade de tensões e negociações entre escalas (local, regional, nacional e internacional) que este trabalho se insere, ao ponderar as estratégias de desenvolvimento regional consolidadas na RI Xingu, com especial atenção para os processos de reestruturação produtiva, a gestão da mobilidade do trabalho e as transformações nas políticas de deslocamento populacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nossas considerações partem do entendimento de que o AHE Belo Monte ao se apresentado como obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, tendo a outorgou de sua licença prévia pelo IBAMA em 2010 (IBAMA, 2010), apresentará uma gama de transformações espaciais que mesmo sendo direcionado para uma área específica, no caso o município de Vitória do Xingu, as repercussões socioespaciais serão identificadas em toda a região, salvo as suas devidas prtoporções.

Por tanto, o debate sobre as transformações socioespaciais na Amazônia exige compreender a região como resultado de múltiplas escalas de atuação e de uma lógica de desenvolvimento marcada pela seletividade do Estado e do capital. Nesse sentido, a Região de Integração do Xingu insere-se em um contexto de disputas, onde o poder local desempenha papel estratégico, ainda que tensionado pelas forças externas.

A compreensão da produção do espaço é fundamental para analisar a dinâmica territorial. Conforme Lefebvre (2006), compreendemos que “o espaço não é apenas um palco neutro, mas sim produto e condição das relações sociais, configurado historicamente a partir da expansão do capital”. Assim, a implantação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, não deve ser vista apenas como intervenção técnica, mas como processo que reorganiza o território em função de interesses econômicos específicos.

Nos assentamos no pensamento apresentado por Smith (1988), no qual enfatiza que o desenvolvimento desigual é inerente ao capitalismo, produzindo diferenciações territoriais e hierarquias espaciais. Neste sentido, compreendemos que a expansão de fronteiras agrícolas, a concentração fundiária e a implantação de grandes obras na Amazônia demonstram que o desenvolvimento não se distribui de maneira homogênea, mas prioriza determinados espaços em detrimento de outros.

Ainda sob a perspectiva de acompanhar a dinâmica do capital na região, compactuamos com a afirmativa de Lencioni (2007) que destaca a noção de condições gerais de produção, evidenciando que a organização espacial resulta de investimentos seletivos, orientados pelo capital e pelo Estado. Essa abordagem permite entender por que determinados municípios da RI Xingu receberam maiores fluxos de investimentos e arrecadações no período de 2000 a 2020, enquanto outros permaneceram em posição subordinada.

Concomitante a este processo não podemos desconsiderar o pensamento de Becker (2005), que a definiu a Amazônia como fronteira estratégica para o Estado brasileiro, submetida a políticas de integração nacional e de expansão da economia global. Para a autora, o progresso projetado para a região é concebido como crescimento econômico infinito, baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, frequentemente tratados como inesgotáveis. Essa lógica explica a implementação de grandes obras, como Belo Monte e a ponte sobre o rio Xingu, que visam consolidar eixos de circulação e integrar a região ao circuito econômico nacional.

No interior desse processo, emerge a questão do poder local. Nos resta entender de que maneira a atuação do poder local se articula para incidir, ou não, nesta configuração espacial do desenvolvimento regional. De acordo com Santos (1996), o território usado é o espaço onde diferentes agentes locais, nacionais e globais, se articulam, revelando contradições e disputas pelo uso do espaço. Assim, prefeitos, câmaras municipais, movimentos sociais e associações comunitárias tornam-se atores centrais na mediação das transformações regionais. Ainda que frequentemente fragilizados diante das pressões externas, esses agentes podem intervir

estrategicamente na gestão territorial, influenciando políticas públicas e negociações em torno de grandes projetos.

Silva (2022), ao analisar a implantação da UHE Belo Monte, destaca que o empreendimento promoveu uma profunda reestruturação regional, não apenas pela instalação de redes de infraestrutura, mas também pela chegada de novos agentes sociais e pela alteração nas correlações de forças políticas. Esse movimento evidencia que o poder local, embora limitado em termos de autonomia, exerce papel de resistência, adaptação e negociação diante dos interesses hegemônicos.

Dessa forma, o referencial teórico aqui mobilizado permite compreender que as transformações ocorridas na RI Xingu entre 2000 e 2020 resultam de um processo dialético entre a ação seletiva do Estado, a lógica do capital e as estratégias do poder local. A análise articula conceitos de produção do espaço (LEFEBVRE, 2006), desenvolvimento desigual (SMITH, 1988), condições gerais de produção (LENCIONI, 2007) e fronteira estratégica (BECKER, 2005), incorporando ainda a contribuição de estudos recentes sobre a região (SILVA, 2022).

Por fim, Silva (2022) reforça essas interpretações ao analisar empiricamente as transformações recentes na RI Xingu, indicando que a instalação de Belo Monte e outros empreendimentos reconfiguraram a dinâmica econômica, social e política da região. O diálogo entre esses autores oferece, assim, a base para compreender a heterogeneidade regional, a hierarquização entre municípios e o papel do poder local no processo de desenvolvimento regional no período de 2000 a 2020.

METODOLOGIA

Este trabalho faz parte das discussões travadas no âmbito da pesquisa intitulada “Desenvolvimento Regional e Poder Local: As Transformações na Região de Integração do Xingu 2000-2020” (SILVA, 2022), e se estrutura a partir da sistematização das informações geográfica e na construção de banco de dados geográficos sobre desenvolvimento regional, poder local e mobilidade do trabalho.

Com isto, priorizou-se fundamentar todo o seu arcabouço teórico-metodológico na interpretação científica da organização espacial e na análise de dados secundários sobre indicadores demográficos, econômicos e financeiros, afim de que a leitura destes, demonstrem as características regionais de uso do território, considerando a produção e configuração espacial da área diretamente afetada, a materialidade da rede territorial para a fluidez econômica

da região, assim como a reestruturação e mobilidade da população atingida pela barragem.

Para a realização da análise espacial da dinâmica regional da RI Xingu nos assentamos na observação empírica das transformações espaciais, assim como na compreensão das dinâmicas diferenciadas de cada uma das realidades empíricas na atual dinâmica regional, que permitam a visualização das características locais, assim como, da estruturação das redes territoriais e da dinâmica do uso do território por parte dos atores locais.

A construção das informações geográficas foi conduzida pelas análises e dos dados coletados através da análise documental, levantamento de dados secundários e revisão bibliográfica. Foram coletados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tesouro da Transparência e de fontes institucionais para examinar indicadores demográficos, econômicos e financeiros. Também foram analisadas políticas municipais e estaduais voltadas ao desenvolvimento regional. a observação empírica da reestruturação produtiva desse território, assim como compreender os rebatimentos diferenciados vivenciados por esses municípios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região de Integração do Xingu (RI Xingu), no Estado do Pará, conforme o Artigo 1º do Decreto 1.066 de 2008 (GOVERNO DO PARÁ, 2008), compreende os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, tal como se verifica no **mapa 1**. neste trabalho buscamos compreender os rebatimentos diferenciados vivenciados por esses municípios.

Mapa 1: Configuração Espacial da RI Xingu.



LEGENDA

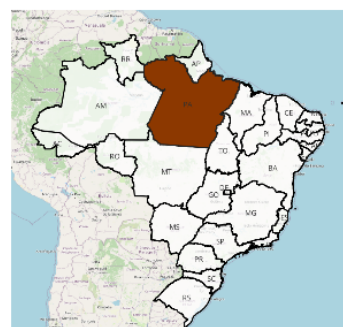
- SEDES MUNICIPAIS ●
- REGIÃO INTEGRAÇÃO XINGU
- ESTADO DO PARÁ
- UNIDADES FEDERAIS BRASIL

Projeção Universal Transverse Mercator (UTM)

DATUM: SIRGAS 2000 / UTM zone 22S

FONTE: IBGE (2023)

AUTOR(A): Bruna, Lima (2024)



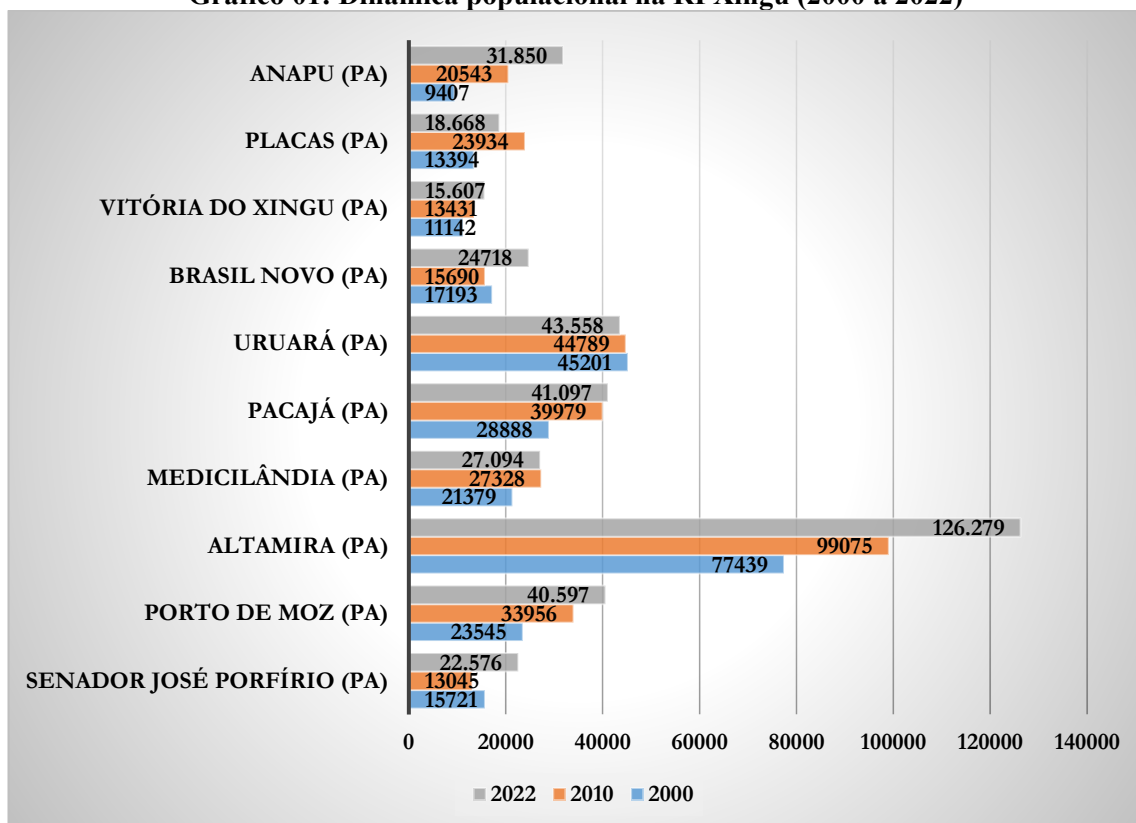
A economia da região passou por um redirecionamento significativo, impulsionado por grandes projetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O setor agropecuário expandiu-se com o avanço da fronteira agrícola e o crescimento da exploração madeireira e mineral. Entretanto, esses avanços resultaram em desafios ambientais e sociais, como desmatamento, conflitos fundiários e desigualdade econômica. Um dos projetos que impacta diretamente a região é a instalação da mineradora Belo Sun, nas margens do rio Xingu,

gerando preocupação quanto aos impactos ambientais e sociais para comunidades locais e povos indígenas.

A atuação do poder local é estabelecido por prefeituras, câmaras municipais e lideranças comunitárias tornando -se essencial nesse processo, uma vez que esses atores lidam diretamente com os resultados reais dos projetos de desenvolvimento e, além disso, procuram formas de se inserir nas esferas de decisão e negociação. De tal modo, o desenvolvimento regional na RI Xingu se configura como um método tensionado por diversos interesses e escalas de poder, onde o poder local nem sempre possui autonomia ou força aceitável para contrastar às pressões externas, mas também pode atuar estrategicamente na intervenção e reconfiguração das políticas territoriais em andamento.

O mercado de trabalho na região foi impactado pela chegada de grandes empresas e pelo aumento do setor de serviços. O trabalho informal ainda é predominante, mas houve um aumento de empregos formais com os investimentos em infraestrutura. Entretanto, após a conclusão de projetos como Belo Monte, observou-se uma retração no emprego e o retorno de condições precárias de trabalho. A instalação da mineradora Belo Sun também gera expectativa quanto à geração de empregos diretos e indiretos, embora haja preocupações sobre os impactos de longo prazo.

Gráfico 01: Dinâmica populacional na RI Xingu (2000 a 2022)



Fonte: IBGE (2000, 2010 e 2022).

As transformações espaciais ocorridas na RI Xingu apresentam contornos que denotam o crescimento populacional relacionado com os projetos instalados na região. Pois os dados presentes no **gráfico 1**, indicam o aprofundamento das desigualdades regionais e consolidam o município de Altamira como destaque ao despontar com o índice de maior crescimento populacional. Parte desse contingente populacional decorre, em nossa análise, do movimento que a construção do AHE Belo Monte estimulou. Mesmo considerando a oscilação após a conclusão das obras.

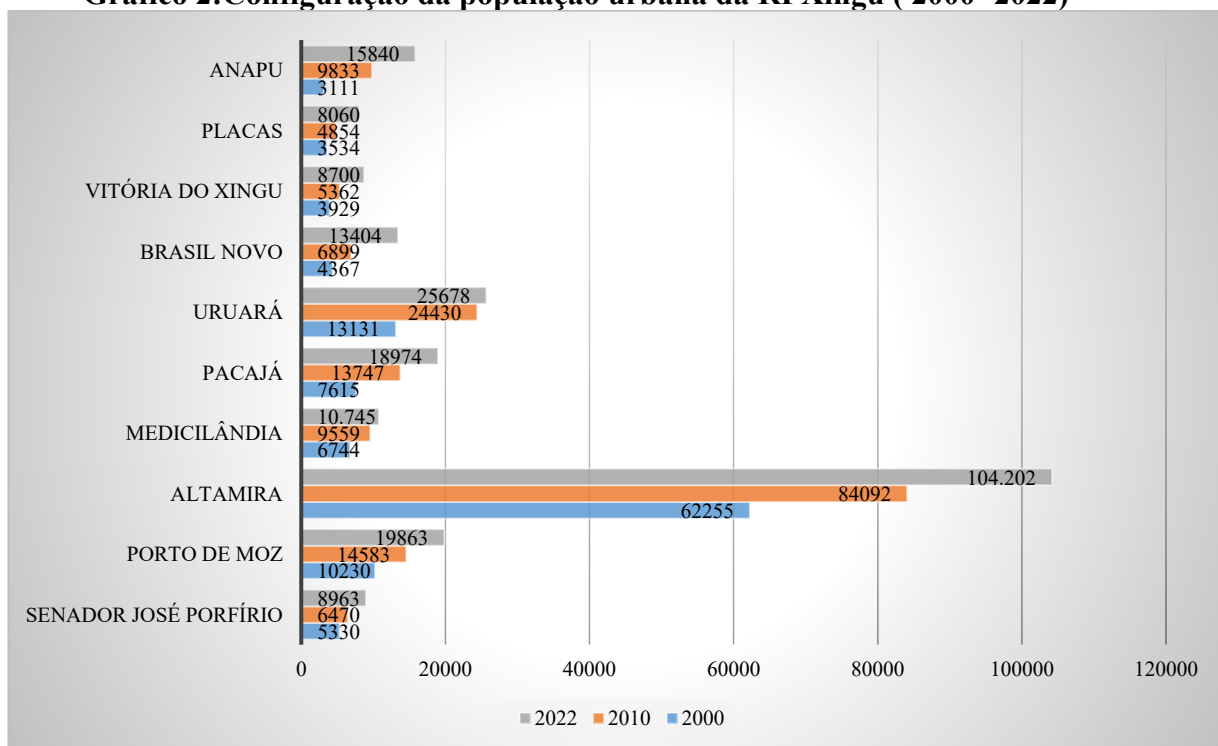
No mesmo direcionamento, evidenciamos o crescimento apresentado pelo municípios de Uruará, Porto de Moz e Anapu que, mesmo não estando localizados na área imediata de inserção dos empreendimentos já mencionados, demonstram índices de movimento da população total. Em contrapartida, Brasil Novo e Vitória do Xingu, que estão no entorno imediato de Altamira e compõem a área diretamente afetada pelo empreendimento demonstram um crescimento em sua população urbana de forma menos dinâmica. Essa observação nos leva a identificar uma contribuição menor da inserção do AHE Belo Monte na dinâmica populacional da maioria dos municípios que compõem a RI Xingu.

Seguindo a lógica de análise dos dados, verificamos que os deslocamentos populacionais foram intensificados devido a grandes empreendimentos, gerando impactos sociais significativos. A dinâmica populacional se reestruturou consideravelmente, alterando a estrutura dos municípios. Como uma das evidências desse pensamento temos, entre 2010 e 2022, o município de Altamira apresentando um crescimento populacional expressivo, passando de aproximadamente 99.075 mil habitantes para mais de 126 mil (IBGE, 2024).

A construção da ponte sobre o rio Xingu também modifica expressivamente a dinâmica de mobilidade regional, promovendo o fluxo de mercadorias e pessoas, estimulando o comércio e o desenvolvimento econômico, fortalecendo a conexão entre os municípios, mas também considerando a dimensão da obra causará relevantes impactos ambientais afetando o rio e seus ecossistemas e as comunidades do entorno. A região do Xingu foi impactada por diversas políticas nacionais voltadas ao desenvolvimento regional e continua passando por transformações na atualidade com a construção da ponte sobre o Rio Xingu, na Rodovia BR-230/PA, entre os municípios de Vitória do Xingu e Anapu. É inegável que este incremento populacional, principalmente na população urbana, segue a lógica de fluxos dinamizados pelas obras de infraestrutura que vem sendo instaladas na região como observado nos dados contidos no **gráfico 02**.



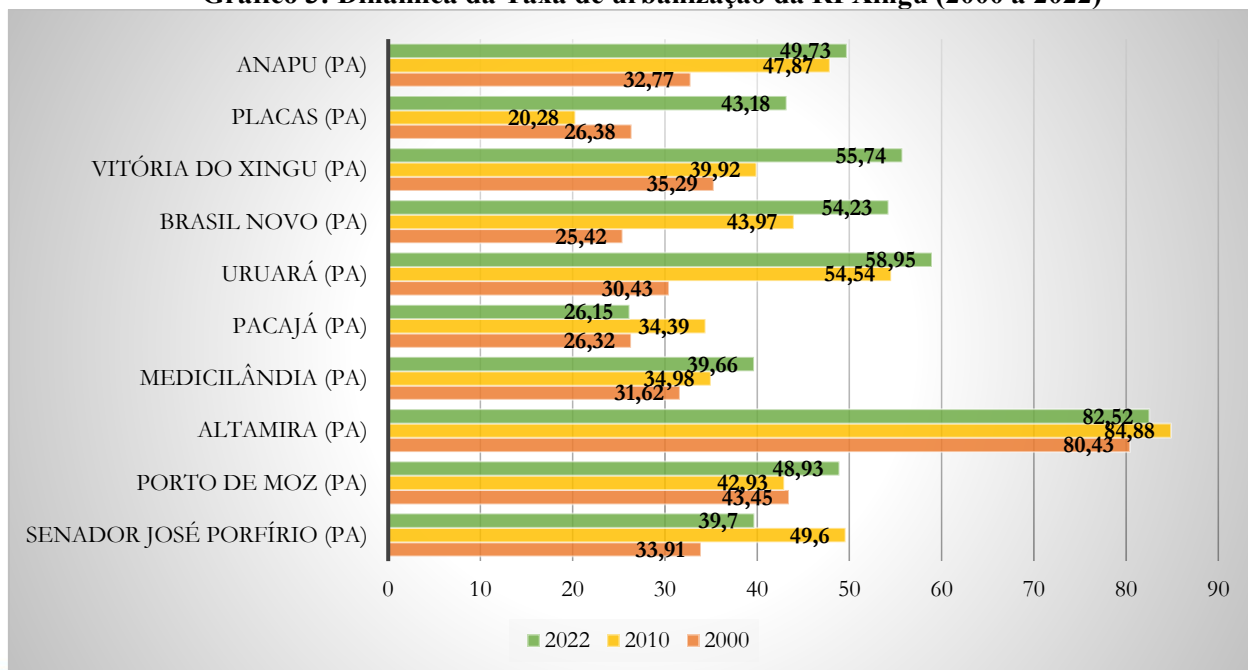
Gráfico 2: Configuração da população urbana da RI Xingu (2000- 2022)



Fonte: IBGE(2000 a 2022)

Ao observarmos os dados referentes a taxa de urbanização descritos no **gráfico 3** verificamos um comportamento diferenciado ao de crescimento populacional, pois a tendência de urbanização apresenta uma constante ascensão, mas somente 4 municípios, Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Uruará, apresentam índices maiores que 50%. Isso pode indicar que mesmo com as intervenções ocorridas a estrutura econômica da RI Xingu ainda guarda fortes conexões com a dinâmica agropecuária tradicional.

Gráfico 3: Dinâmica da Taxa de urbanização da RI Xingu (2000 a 2022)

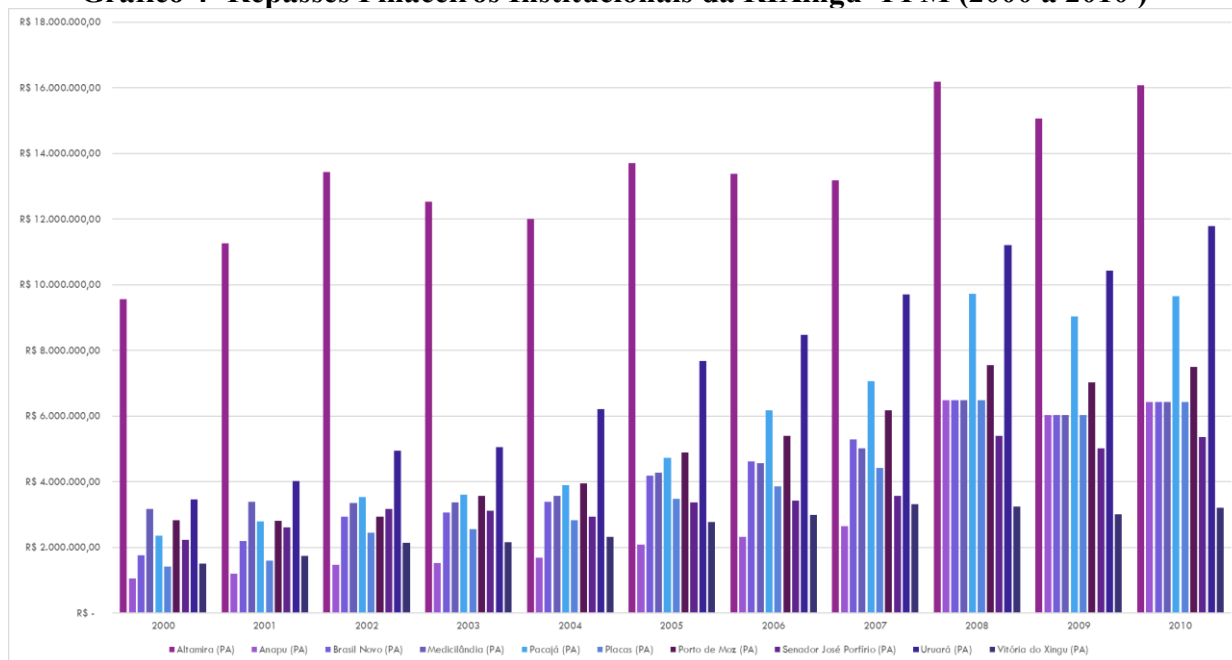


Fonte: IBGE (2000, 2010 e 2022)

Um outro dado interessante que identifica a particularidade da RI Xingu, trata-se do repasse financeiros do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), é perceptível que parte significativa dos municípios que configuram a RI Xingu dependem dos investimentos federais para a consolidação da dinamização econômica da região. A análise da receita municipal da Região de Integração do Xingu permite identificar a evolução econômica e a centralidade de determinados municípios no período de 2000 a 2020.

Os **gráficos 4 e 5**, apresentados a seguir, evidenciam um crescimento significativo da arrecadação em praticamente todos os municípios, ainda que em diferentes ritmos, revelando o processo de reestruturação territorial e a intensificação das desigualdades internas.

Gráfico 4- Repasses Financeiros Institucionais da RIXingu- FPM (2000 a 2010)



Fonte: TCU(2000 a 2009)

Observa-se, de maneira geral, uma tendência de crescimento em todos os municípios, ainda que em ritmos distintos, revelando tanto o processo de expansão econômica regional quanto a manutenção de fortes desigualdades internas. Destaca-se o município de Altamira (PA), que ao longo de toda a série histórica apresenta a maior arrecadação, consolidando-se como o polo econômico e administrativo regional. Já em 2000, sua receita ultrapassava a marca de R\$ 9 milhões, alcançando, em 2008 e 2010, valores superiores a R\$ 16 milhões, resultado que o diferencia de forma expressiva dos demais municípios.

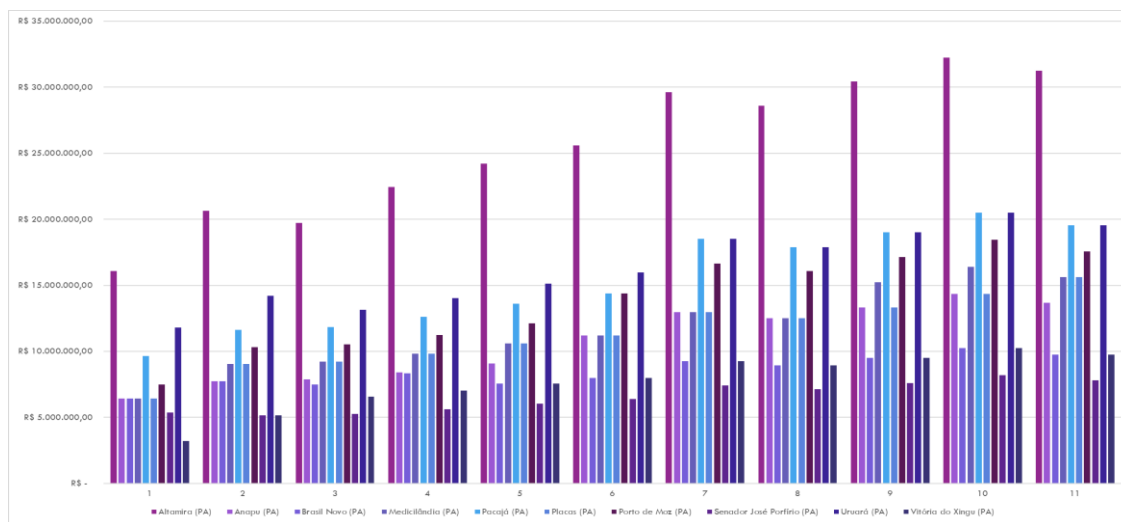
Por outro lado, municípios como Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá e Uruará revelam crescimento progressivo e constante, especialmente após 2004, aproximando-se de receitas entre R\$ 6 e 10 milhões ao final do período analisado. Esse comportamento está diretamente

vinculado ao avanço da fronteira agrícola, à expansão da pecuária e à intensificação de atividades ligadas à exploração madeireira, que se consolidaram na região nesse intervalo temporal. Em contrapartida, municípios como Senador José Porfírio, Anapu e Vitória do Xingu mantiveram receitas mais baixas ao longo da década, variando em torno de R\$ 2 a 4 milhões, o que revela disparidades significativas na capacidade arrecadatória entre os municípios da mesma região.

O período de 2005 a 2008 merece destaque, pois nele é possível identificar um salto mais expressivo na arrecadação da maioria dos municípios, o que pode ser explicado tanto pela intensificação de investimentos públicos federais e estaduais na região quanto pela preparação para a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, além da maior integração econômica regional.

Assim, o comportamento da receita municipal no Xingu reflete as transformações socioespaciais em curso nessa região, marcado pela centralidade de Altamira e pela concentração econômica em poucos polos, ao mesmo tempo em que revela a inserção desigual dos municípios no processo de reestruturação regional, aspecto que será fundamental para compreender o papel do poder local na gestão regional.

Gráfico 5- Repasses Financeiros da RI Xingu – FPM 2010 a 2020.



Fonte: TCU(2010 a 2020)

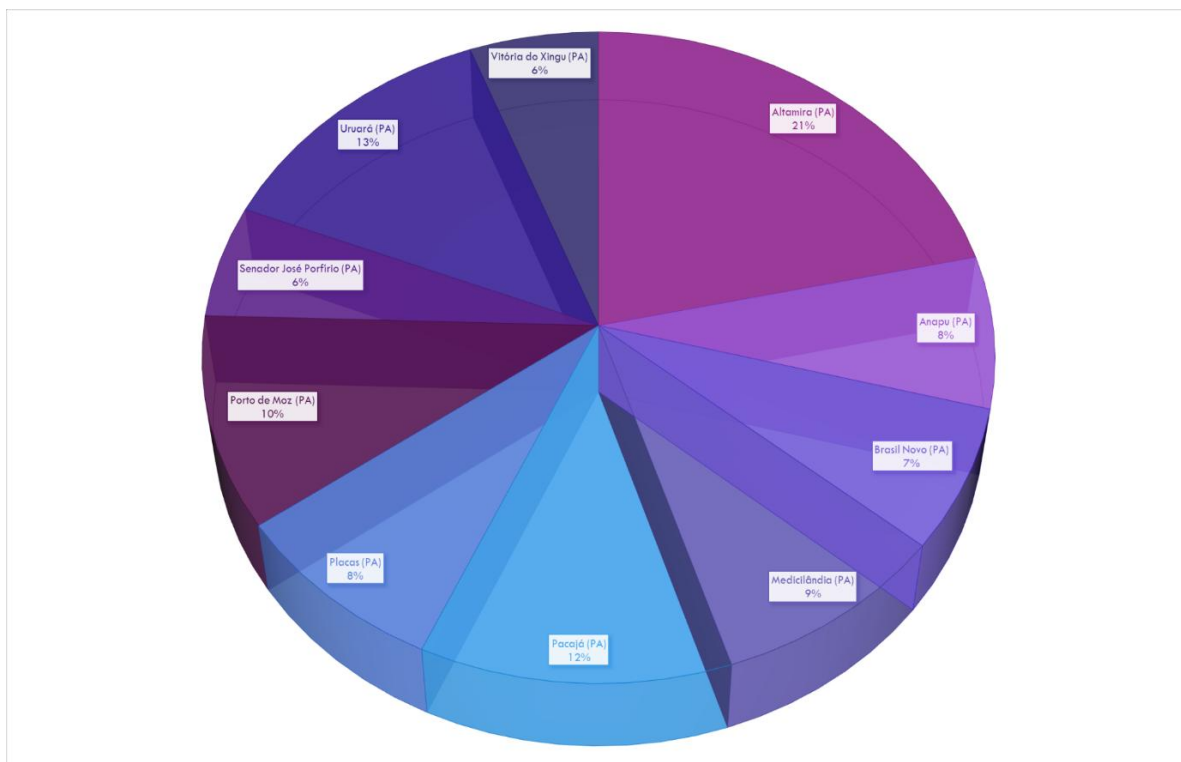
De acordo com o **gráfico 5**, o período, de 2010 a 2020, verifica-se uma intensificação desse processo. Altamira novamente se sobressai, alcançando receitas superiores a R\$ 30 milhões em diversos anos, consolidando-se como o centro regional. Contudo, outros municípios passaram a se destacar: Pacajá, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Vitória do Xingu e Porto de Moz registraram receitas que variaram entre R\$ 15 e 20 milhões, demonstrando uma ampliação da base econômica regional. Apesar disso, Senador José Porfírio e Anapu mantiveram-se com

receitas mais modestas, entre R\$ 8 e 12 milhões, reforçando a persistência do quadro de desigualdade.

De modo geral, a trajetória da arrecadação municipal entre 2000 e 2020 evidencia um crescimento acentuado, acompanhado pela concentração econômica em Altamira e pelo fortalecimento relativo de alguns municípios, ao passo que outros permaneceram em situação periférica. Esse movimento está diretamente relacionado às transformações socioespaciais promovidas pela instalação da UHE Belo Monte, pela expansão da fronteira agropecuária e pelo aumento das transferências públicas. Assim, torna-se evidente que o poder local desempenha papel central na gestão da região, uma vez que a forma como os recursos são aplicados impacta diretamente as condições de desenvolvimento e as desigualdades socioeconômicas na RI Xingu.

A análise da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre os municípios da Região de Integração do Xingu permite compreender não apenas a estrutura das finanças locais, mas também os limites e as potencialidades do poder local na gestão regional. O **gráfico 6** demonstra que a divisão do fundo, embora desigual, apresenta certa homogeneidade, sem concentrar todos os recursos no município polo regional, que é Altamira.

Gráfico 6. Repasses Financeiros Institucionais da RI Xingu – FPM total por municípios de (2000- 2020)



Fonte: (2000 a 2020)

O município de Altamira (PA), maior centro econômico e demográfico da região, aparece

com a maior parcela do FPM, representando 21% do total. Entretanto, a concentração não é absoluta, uma vez que outros municípios apresentam participação significativa, como Uruará (13%) e Pacajá (12%), configurando-se como polos secundários na dinâmica regional. Também merecem destaque Porto de Moz (10%) e Medicilândia (9%), que se consolidam como intermediários com maior capacidade de arrecadação.

Na faixa intermediária encontram-se Placas (8%), Anapu (8%) e Brasil Novo (7%), que, embora não possuam receitas expressivas, apresentam certa estabilidade na participação relativa. Já os municípios de Senador José Porfírio (6%) e Vitória do Xingu (6%) aparecem com as menores parcelas, evidenciando uma posição periférica na distribuição do fundo.

Essa configuração reflete a lógica do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988), em que coexistem centralidades regionais e áreas periféricas, compondo uma hierarquia de municípios com diferentes capacidades de investimento. O FPM, embora seja um instrumento criado para reduzir disparidades regionais, acaba por reproduzir a mesma lógica de concentração e dependência, uma vez que os municípios com menor participação continuam limitados em sua capacidade de promover políticas públicas estruturantes.

Nesse sentido, a análise do FPM complementa a leitura da arrecadação municipal entre 2000 e 2020, demonstrando que a gestão territorial no Xingu depende, em grande medida, das transferências federais, mas também da forma como os governos locais administram esses recursos. Como argumenta Becker (2005), o poder local torna-se um ator fundamental no processo de mediação entre políticas nacionais e as especificidades territoriais, o que se confirma na realidade do Xingu.

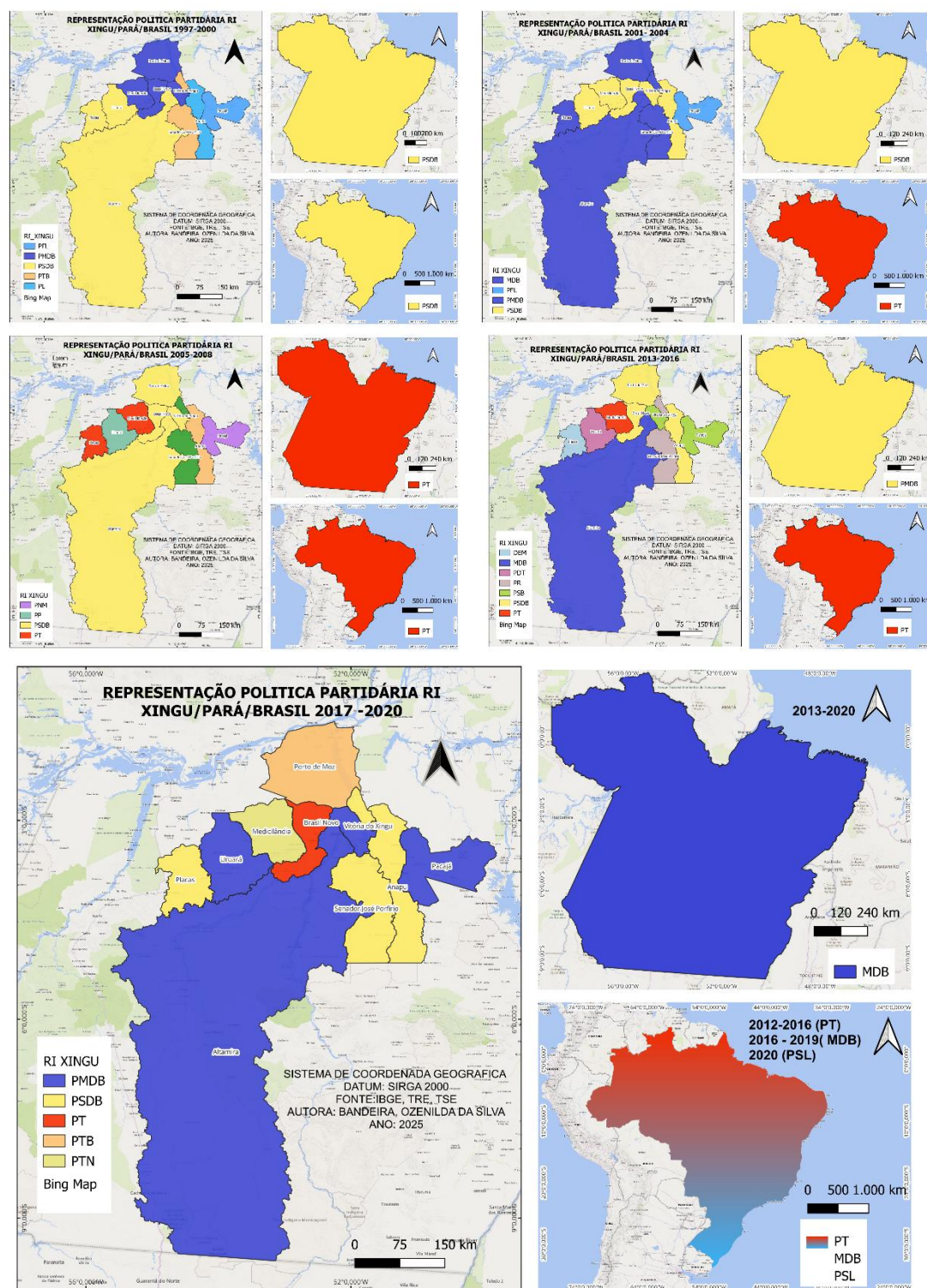
Seguindo em nossa análise, chegamos num ponto que entendendo como primordial para compreendermos a forma como a RI Xingu vem sendo identificada no cenário nacional, consistindo numa região de grande atratividade para a implementação de políticas públicas que objetivam o fortalecimento do desenvolvimento econômico brasileiro. Estamos tratando da representatividade política. Na **figura 1**, apresentamos um mosaico demonstrativo do comportamento político-partidário dos municípios que pertencem a RI Xingu em relação ao que acontece nas outras escalas de poder político-administrativo.

O que nos chama atenção é a composição majoritária apresentada pelo partidos de centro direita que permanecem hegemônicos na região. Mas com a ascensão de uma gestão progressista há um movimento de incremento e diversificação de siglas partidárias colorindo a RI Xingu, possibilitando que mesmo que minimamente, temos a ocorrência de gestões progressistas, de forma tímida, mas presente na representatividade política.

Mas isso não quer dizer que há uma mudança no jogo político regional, pois observe

que há uma permanência de agents políticos atrelados ao poder econômico na região que está muito relacionado com as atividades econômicas tradicionalmente incidentss na região, tendo forte representatividade do setor agropecuário e empresarial.

Figura 1: Representação política da RI Xingu nas três escala de poder político-administrativa



Fonte: TSE e TRE (2025)

Ainda observando a **figura 1**, cabe-nos destacar que no último período analisado que compreende o período de 2017 a 2020, em que identificamos um intenso processo de polarização política, há uma perceptível retração na representatividade política de base mais progressiva. Em parte, esse processo é induzido pelo que acontece na escala nacional, no momento em que tivemos uma ruptura do processo democrático ocasionado pelo golpe instituído na gestão de Dilma Rousseff (Partido do Trabalhadores) ocorrido em 2016 e que possibilitou uma dinâmica peculiar de fortalecimento da extrema-direita.

As percepções externas sobre a RI Xingu a idealizam como essencial para a realização da integração física do país e assim torna-la interessante para a flexibilização e acumulação capitalista, isto é perceptível através da intensificação da circulação seja de pessoas, mercadorias, capital e informação. Neste sentido, a geração energética, dinamizada pelas características topográficas do rio Xingu, é ponto crucial para a inserção da região no ideário de desenvolvimento do Brasil.

Nesse contexto, o Estado tem um papel importante como regulador do processo de desenvolvimento econômico ao buscar uma harmonia possível entre os interesses e as práticas de base econômica, reafirmando sua função de propiciar a acumulação e a reprodução da lógica capitalista. E com isto conduz ao acirramento das desigualdades regionais presentes no espaço geográfico brasileiro. Consequentemente, apoiado no pensamento de Smith (1988), consideramos que,

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, (...). Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988: 221)

No mesmo direcionamento assumimos com ponto principal de nossa análise a formulação de que “(...) a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo.” (SMITH, 1988: 151). Ou seja, toda determinação que é induzida e/ou realizada pelos agentes hegemônicos da sociedade servem ao propósito mais amplo de promover o desenvolvimento capitalista de forma generalizada e que induz contornos singulares e particularizados no desenvolvimento regional da RI Xingu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de inserção de hidrelétricas na Amazônia, aparentemente as escalas regional e local se apresentam como meros receptáculos das externalidades políticas e econômicas advindas da escala global. Entretanto, defendemos a prerrogativa de mesmo que a magnitude das influências globais se dê em grandes proporções são nas escalas regional e local que identificamos a natureza da singularidade e da possível contra posição a essas determinações.

Coadunamos com a defesa efetivada por Harvey (2005) de que

O desafio: ‘compreender como as transformações locais se relacionam com tendências mais amplas’ mediante a identificação de ‘correntes turbulentas do desenvolvimento geográfico desigual’ que se produzem através de processos de neoliberalização. (Harvey, 2005, p. 87)

Partimos do pressuposto de que a implantação da hidrelétrica segue uma proposta de desenvolvimento econômico elaborado em escala global/nacional que desconsidera os interesses dos grupos sociais preexistentes na Região de Integração Xingu, desencadeando com isto uma nova dinâmica de (re) produção espacial que se materializará no município de Altamira com maior intensidade do que nos outros municípios.

No contexto de transformações espaciais ocorridas na RI Xingu, aparentemente as escalas regional e local se apresentam como meros receptáculos das externalidades políticas e econômicas advindas das escalas nacional e global. Entretanto, defendemos a perspectiva de mesmo que a magnitude das influências globais se dê em grandes proporções são nas escalas regional e local que identificamos a natureza da singularidade e da possível contra posição a essas determinações.

Partimos do pressuposto de que a implantação desses projetos na região segue uma proposta de desenvolvimento econômico elaborado em escala global/nacional que desconsidera os interesses dos grupos sociais preexistentes na RI Xingu, desencadeando com isto uma nova dinâmica de (re) produção espacial que se materializará no município de Altamira com maior intensidade do que nos outros municípios.

Esses interesses conflitantes estabeleceram suas territorialidades de forma bem característica no que diz respeito a proposta de desenvolvimento a ser implementada. Pois, mesmo com a idéia de que estes objetos espaciais são importantse para a sustentação do desenvolvimento do país, esta prerrogativa não é compatível com as necessidades e anseios da sociedade civil organizada da região e não se originam pela articulação do poder local.

As transformações ocorridas na RI Xingu refletem a influência mútua entre o poder local, os grandes projetos de desenvolvimento e as transformações estruturais no modelo econômico

regional. Embora tenham ocorrido melhorias na infraestrutura e na geração de empregos formais, os desafios continuam em relação às desigualdades socioeconômicas, à precarização do trabalho e à gestão dos impactos socioambientais.

A construção da ponte sobre o rio Xingu e a instalação da mineradora Belo Sun representam dois marcos importantes desse período, trazendo oportunidades econômicas, mas também desafios ambientais e sociais que precisam de gestão adequada. Por meio de uma abordagem empírica e documental, a pesquisa contribui para o debate acadêmico e político sobre o papel do poder local na gestão territorial e no enfrentamento dos desafios de um desenvolvimento que se apresenta como inevitável, mas nem sempre equitativo.

Sendo assim, não podemos simplesmente perceber a hidrelétrica de forma isolada, sem contextualizá-la com o que ocorre na escala mundo, pois no bojo das determinações político-econômicas advindas da escala global, no que diz respeito à produção e reprodução das condições gerais de acumulação, encontram-se as bases para estruturação na escala regional, ao se constituir como proposta de desenvolvimento para a nação. Desta forma, cria-se o ambiente propício para que o local constitua-se como o *locus* para a realização do ordenamento territorial necessário. No entanto, este processo não se consolida de forma unânime, no interior dessas relações verificamos um conflito político-ideológico entre as escalas de poder e que terão rebatimentos territoriais de natureza econômica, política e social.

Como resultado reafirmar-se que o advento da reestruturação capitalista promove uma maior dinâmica no setor econômico, requerendo uma base estrutural normativa que suportasse para as mudanças que vem se processando no decorrer do tempo. Com isto, percebe-se que há uma nova concepção do que seria esta base estrutural, um Estado que não se encerraria em ser uma entidade centralizada e autoritária, mas sim um Estado permeável às novas demandas da sociedade em prol do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Relatório de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte. Brasília: ANEEL, 2011. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2011/010/documento/RIMA%20-%20Belo%20Monte.pdf>.
- BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento: PAC. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/programa-de-aceleracao-do-crescimento>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Requerimento de Informação nº ____, de 17 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2108940. Acesso em: 6 abr. 2025.

- BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Relatório de gestão 2024. Brasília, DF: DNIT, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/auditoria/relatorio-de-gestao/RelatriodeGesto2024.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BRASIL. Tesouro Nacional. Estatísticas Fiscais dos Municípios Brasileiros. Brasília: STN, 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- BECKER, B. K.. Redefinindo a Amazônia: O Vetor Tecno-Ecológico. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L.. (Org.). Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v. , p. 223-244.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia .Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- IBAMA.Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2010). Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/ibama-concede-licenca-ambiental-previa-para-a-usina-hidreletrica-de-belo-monte>. Acesso em: 02 abr. 2025.
- IBAMA.Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer técnico sobre a viabilidade ambiental da Mineradora Belo Sun. Brasília: IBAMA, 2012. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/documentos/belo-sun/parecer_tecnico_viabilidade_belo_sun.pdf.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Altamira – Panorama. IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LENCIONI, S. *Condições gerais de produção e desenvolvimento desigual*. Revista Scripta Nova, Barcelona, v. XI n. 245, p. 1-10, 2007.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.Acesso em: 27 ago. 2025 , 1996
- SILVA, M. S. O projeto hidrelétrico de Belo Monte: complexidade e particularidades da reestruturação regional. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em:<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06022023-113653/>. Acesso em: 08 abr. 2025.
- SILVA, M. S. da. Plano de Trabalho: Desenvolvimento, reestruturação regional e poder local: as transformações espaciais ocorridas na RI Xingu no período de 2000- 2020.Campus Universitário de Altamira- Faculdade de Geografia. Universidade Federal do Pará. 2023.
- SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SUPLEMENTO. Diário Oficial do Estado do Pará, n. 631, 30 dez. 2015. Disponível em: https://www.ioepa.com.br/pages/2015/12/30/2015.12.30.DOE.suplemento_631.pdf.Acesso em :28 março de 2024.